



INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI

DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE EMPREGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, DECRETA:

Art. 1º

Fica estabelecida a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego oferecidas por empresas prestadoras de serviços contratadas pelo Município de Campo Largo, PR, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º

Considera-se em situação de violência doméstica e familiar a mulher que:

- I – Possua medida protetiva expedida pela Justiça
- II – Esteja cadastrada em programas municipais ou estaduais de enfrentamento à violência contra a mulher;
- III – Apresente declaração emitida por órgão competente (Delegacia da Mulher, Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM, Defensoria Pública ou Conselho Tutelar).

Art. 3º

As empresas contratadas pelo município deverão:

- I – Divulgar as vagas reservadas em editais e processos seletivos;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ



- II – Não exigir experiência profissional prévia, quando a mulher comprovar que sua situação de violência impediu sua inserção no mercado de trabalho;
- III – Encaminhar relatório semestral à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (ou órgão equivalente) com o número de vagas preenchidas.

Art. 4º

O Município promoverá, em parceria com o Sistema "S" (SENAC, SENAI) e instituições de qualificação profissional, cursos de capacitação gratuitos para as beneficiárias desta Lei.

Art. 5º

- O descumprimento desta Lei acarretará:
- I – Notificação para regularização em 30 (trinta) dias;
 - II – Multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por vaga não reservada;
 - III – Impedimento para participar de licitações municipais por 1 (um) ano, em caso de reincidência.

Art. 6º

O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, incluindo:

- I – Forma de comprovação da condição de vulnerabilidade;
- II – Mecanismos de fiscalização;
- III – Critérios de prioridade para mulheres com filhos menores ou vítimas de violência grave.

Art. 7º

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campo Largo, 16 de junho de 2025


Luiz Gustavo Torres
Vereador